

COLEÇÃO CBAr

ARBITRAGEM E DEVIDO PROCESSO LEGAL

Yuri Maciel Araujo


ALMEDINA

veis méritos, recomendo a leitura
votos de contínuo êxito ao autor,
igualmente destacadas.

Civil pela PUC-SP
aduação e de Pós-Graduação *Stricto*

gem – CBAr (2018-2021)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. O SISTEMA DO PROCESSO ARBITRAL	21
1.1 Premissas teóricas iniciais: a Teoria dos Sistemas e o processo arbitral	25
1.2 Fechamento operacional: principais diferenças que definem o processo arbitral.	33
1.2.1 <i>Jurisdição privada</i>	34
1.2.2 <i>Autonomia privada</i>	44
1.2.2.1 <i>Escolha dos árbitros</i>	47
1.2.2.2 <i>Eleição do procedimento pelas partes e flexibilidade procedimental</i> . . .	53
1.2.3 <i>Objetivos do processo arbitral</i>	56
1.3 Interação com o processo civil estatal.	70
1.3.1 <i>Influxos do processo civil estatal</i>	74
1.3.1.1 <i>Princípios processuais constitucionais</i>	75
1.3.1.2 <i>Campo de potencial aplicação do Código de Processo Civil</i>	81
1.3.2 <i>Devido processo legal arbitral</i>	88
1.3.2.1 <i>A relevância do contraditório, da imparcialidade e da independência para o devido processo legal arbitral</i>	95
2. CONTRADITÓRIO	99
2.1 Desenvolvimento e conteúdo essencial.	99
2.1.1 <i>Direito de ciência e reação</i>	100
2.1.2 <i>Direito de influência e participação democrática</i>	102
2.1.2.1 <i>Contributos do CPC/15 para o contraditório-influência</i>	105

2.2 Contraditório e atributos do fechamento operacional do sistema do processo arbitral	109
2.2.1 Contraditório e jurisdição privada	109
2.2.1.1 <i>Legitimação pela participação discursiva</i>	110
2.2.1.2 <i>Limitação recursal</i>	111
2.2.2 Contraditório e autonomia privada	114
2.2.2.1 <i>A flexibilidade procedimental como estímulo ao contraditório</i>	114
2.2.2.2 <i>O vetor essencial da participação e influência</i>	118
2.2.2.2.1 <i>Suprimento de lacunas nas normas processuais eleitas</i>	119
2.2.2.2.2 <i>Restrições convencionais ao contraditório</i>	123
2.2.2.2.3 <i>Preclusão no processo arbitral</i>	127
2.2.3 Contraditório e objetivos da arbitragem	132
2.2.3.1 <i>Contraditório e celeridade processual</i>	133
2.2.3.2 <i>Contraditório e julgamento de matérias complexas</i>	136
2.2.3.3 <i>A boa-fé objetiva no processo arbitral</i>	140
2.2.3.3.1 <i>A função hermenêutica: interpretação de normas e manifestações processuais</i>	143
2.2.3.3.2 <i>A função integrativa: notas sobre o dever de cooperação</i>	145
2.2.3.3.3 <i>A função restritiva: tutela da confiança</i>	150
2.2.3.4 <i>Contraditório e confidencialidade</i>	153
2.3 Contraditório na marcha do processo arbitral	156
2.3.1 <i>Atos pré-arbitrais</i>	157
2.3.2 <i>Atos postulatórios</i>	163
2.3.3 <i>Atos instrutórios</i>	166
2.3.4 <i>Atos decisórios</i>	177
2.4 Nulidade da sentença arbitral por ofensa ao princípio do contraditório	185
3. IMPARCIALIDADE E INDEPENDÊNCIA DO ÁRBITRO	191
3.1 Imparcialidade, independência e atributos do fechamento operacional do processo arbitral	196
3.1.1 Imparcialidade e independência na jurisdição privada	197
3.1.1.1 <i>Confiança e legitimação democrática do processo arbitral</i>	198
3.1.1.2 <i>Árbitro: juiz eventual e não inserido em uma estrutura estatal</i>	201
3.1.1.3 <i>Independência do árbitro em relação à câmara de arbitragem</i>	204

nal do sistema	109	3.1.1.4 A independência funcional na relação interna entre os membros do tribunal arbitral	207
.....	109	3.1.2 Imparcialidade, independência e autonomia privada	210
.....	110	3.1.2.1 Escolha do árbitro: jurisdição sem juiz natural	210
.....	111	3.1.2.2 A figura do coárbitro	211
.....	114	3.1.2.3 É possível renunciar à imparcialidade e à independência dos árbitros?	220
raditório	114	3.1.3 Imparcialidade, independência e objetivos da arbitragem	224
.....	118	3.1.3.1 Imparcialidade e independência do árbitro em clima de cooperação processual	225
cessuais	119	3.1.3.1.1 Dever de revelação do árbitro	226
.....	123	3.1.3.1.2 Dever de revelação complementar das partes	238
rio	127	3.1.3.1.3 Dever de esclarecimento	240
.....	132	3.1.3.1.4 Dever de proteção	242
.....	133	3.1.3.1.5 Dever de lealdade	244
.....	136	3.2 Impedimento e suspeição do árbitro	246
.....	140	3.2.1 Aplicação do Código de Processo Civil e diretrizes gerais	249
de normas	143	3.2.2 Análise dos casos listados nas Guidelines da IBA	252
er de	145	3.2.2.1 "Red List"	253
.....	150	3.2.2.2 "Orange List"	256
.....	153	3.2.2.2.1 Anterior prestação de serviços a uma das partes ou envolvimento com o caso	257
.....	156	3.2.2.2.2 Prestação atual de serviços para uma das partes	261
.....	157	3.2.2.2.3 Relações do árbitro com outro árbitro ou com os advogados	262
.....	163	3.2.2.2.4 Relações do árbitro com as partes ou outras pessoas envolvidas na arbitragem	264
.....	166	3.2.2.2.5 Casos variados	266
.....	177	3.2.2.3 "Green List"	267
íprio	185	3.2.2.4 Conclusão sobre as Guidelines da IBA	271
.....	191	3.2.3 Postura enviesada do árbitro durante o curso do procedimento	273
TRO	191	3.3 Procedimento de recusa e substituição do árbitro	276
namento	196	3.4 Nulidade da sentença arbitral por ausência de imparcialidade e independência do árbitro	280
ada	197	CONCLUSÃO	287
bitral	198	REFERÊNCIAS	291
ura	201		
bitragem	204		